



A IMPORTÂNCIA DO PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO PARA A CONSOLIDAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DO ARROZ ECOLÓGICO PRODUZIDO NOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE/RS

Cícero Castello Branco Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
ccbf41@gmail.com

Rosa Maria Vieira Medeiros
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
rmvmedeiros@yahoo.com.br

Resumo

Dada a importância que os assuntos referentes à temática da sustentabilidade socioambiental têm na contemporaneidade e a influência que este tema representa para a produção de grãos largamente utilizados pela população, nota-se o surgimento de um novo nicho de mercado composto por produtos produzidos de forma a não prejudicar o ecossistema do campo e a saúde pública. Dentro deste contexto surge na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) a cultura do arroz ecológico, com o objetivo inicial de promover a conversão do modelo produtivo convencional para o orgânico. O número de famílias envolvidas nessa cadeia produtiva, bem como o volume produzido do cereal, vem crescendo ano a ano, tornando-se imperativo a busca de novas alternativas para a colocação do produto no mercado consumidor. Desta forma, é objetivo deste artigo por em discussão a importância do processo de certificação para o incremento desta cadeia produtiva, bem como elucidar os meios de se atingir o certificado orgânico. Constatou-se que a certificação é um processo complexo e criterioso, necessário não só para angariar valor ao produto, mas também como forma de atingir novos mercados, seja no Brasil ou no exterior. Palavras-chave: Certificação. Agroecologia. Sustentabilidade.

Introdução

O arroz é um dos alimentos mais consumidos no Brasil, tendo um consumo médio de 45 kg/pessoa/ano, sendo considerado estratégico, no que se refere à solução de questões de segurança alimentar. O Brasil se destaca como o maior produtor de fora do continente asiático, estando entre os dez principais produtores mundiais de arroz, com aproximadamente 11 a 13 milhões de toneladas ano. A lavoura de arroz no RS, produz anualmente cerca de 6 milhões de toneladas, sendo considerado estabilizador da safra nacional, responsável por cerca de 60% da produção brasileira, a maior entre os Estados da Federação (Fagundes, 2011)

Especificamente na RMPA, embora economicamente sejam predominantes atividades urbanas vinculadas aos setores secundário e terciário, observa-se a permanência de um



XXI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA

“TERRITÓRIOS EM DISPUTA: Os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro”

Uberlândia-MG, 15 a 19 de outubro de 2012

UFU Universidade Federal de Uberlândia

ISSN 1983-487X

espaço rural amplo, em que a produção de arroz é bastante relevante, tanto para a economia de vários municípios, quanto na manutenção e consolidação do estilo e qualidade de vida das famílias de pequenos agricultores assentados. Considerando-se o conjunto da região metropolitana, é significativa a extensão das áreas ocupadas pela rizicultura e são grandes também os nocivos impactos ambientais que engendra. Nesse sentido, a implementação e expansão da cadeia produtiva do arroz ecológico nos assentamentos implica em uma série de conflitos com diferentes atores, resultando na construção de novas territorialidades, bem como numa nova lógica de produção, alinhada à sustentabilidade do ambiente e que tem como suporte uma rede de parcerias internas e externas que apoiam a produção agroecológica, tanto do ponto de vista tecnológico e científico quanto socioeconômico (Medeiros, 2010). Na essência, a produção orgânica busca oferecer alimentos obtidos de sistemas naturais equilibrados e férteis, ajudando a manter livre de substâncias químicas tóxicas o ar, o solo e a água. Desta forma, a continuidade do processo de expansão da produção do arroz orgânico nesta cadeia produtiva, orientada pelos princípios agroecológicos, é dependente de algumas ações que possibilitam ao agricultor uma ampliação da sua rede de relações com atores públicos e privados em múltiplas escalas – regional, nacional e internacional – tanto para negociar sua produção e ampliar mercado, quanto para trocar experiências e produzir inovações. Nesse sentido, a consolidação de um processo de certificação por parte dos agricultores produtores de arroz ecológico, se revela como uma estratégia eficiente para a continuidade da expansão da produção e da valorização do seu produto final, na medida em que o certificado dá credibilidade ao produto e possibilita tanto a sua valorização, quanto facilita sua comercialização em diversos mercados.

Em suma, a certificação é um processo de verificação por uma terceira parte emissora do certificado de que determinada empresa ou organização atua de acordo com certos critérios, estabelecidos em legislação pertinente e com base em normas técnicas (Antunes, 2001). Quando há conformidade entre o *sistema de gestão ambiental* praticado pela entidade comprometida com o processo e os critérios estabelecidos na norma técnica, a entidade certificadora confere a certificação. No caso da certificação orgânica, um organismo de avaliação da conformidade credenciado dá garantias por escrito e por meio de um selo de que uma produção ou um processo claramente identificado foi



XXI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA

“TERRITÓRIOS EM DISPUTA: Os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro”

Uberlândia-MG, 15 a 19 de outubro de 2012



ISSN 1983-487X

metodicamente avaliado e está em conformidade com as normas orgânicas vigentes (Planeta orgânico, 2012). Uma vez obtida a certificação, sua manutenção dependerá de resultados a serem verificados por auditorias periódicas ou através de um processo participativo de avaliação de conformidade. Assim, a certificação dá direito a um selo que dará credibilidade ao produto final, indicando que ele está de acordo com todas as normas e regramentos exigidos pela legislação específica, o que, por sua vez, possibilita aos produtores alternativas variadas de colocação do produto no mercado consumidor. No entanto, para que isso seja possível, os cuidados desde o período de conversão da lavoura convencional para a orgânica, até a expedição do produto, são muitos e exigem grande dedicação por parte de cada um dos elos que compõe essa cadeia. No âmbito da produção, especificamente nas práticas de condução da lavoura, para conseguir a certificação como produção orgânica há uma série de requisitos, que são definidos em lei, alinhada, ainda, a normas nacionais e, dependendo de cada caso, internacionais. A referida legislação específica para produção e comercialização de produtos orgânicos no Brasil, incluindo o arroz, é dada, essencialmente, pela Lei Federal 10831/2003, regulamentada pelo Decreto 6323/2007, além de uma série de Instruções Normativas.

Metodologia

Para a elaboração deste artigo foi utilizada uma análise descritiva, a partir de uma pesquisa participativa, do histórico das famílias assentadas produtoras de arroz ecológico na Região Metropolitana de Porto Alegre, destacando-se a expansão da cadeia produtiva, bem como a importância do processo de certificação nessa conjuntura. Segundo Silva Filho (2005), para elaborar uma análise descritiva é preciso sistematizar os dados disponíveis acerca da área pesquisada. Entende-se sistematização como o ato de realizar um processo de análise crítica das práticas desenvolvidas, a partir dos registros feitos ao longo da construção de tais práticas. A sistematização possibilita chegar a uma maior consistência, tanto teórica, quanto metodológica e principalmente, a uma reorganização e ao redimensionamento da prática, enquanto ação transformadora da realidade. É analisar criticamente o processo de construção de uma ou várias experiências, sendo a base para uma teorização sobre e a partir da prática, com a intenção de desvelar e explicitar a lógica



XXI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA

“TERRITÓRIOS EM DISPUTA: Os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro”

Uberlândia-MG, 15 a 19 de outubro de 2012

UFU Universidade Federal de Uberlândia

ISSN 1983-487X

que sustenta essa prática e, eventualmente, poder qualificá-la. Por sua vez Demo (1984), ressalta que a pesquisa participativa é um processo de pesquisa no qual a comunidade participa da análise de sua própria realidade, com vistas a promover uma transformação social em benefício dos participantes que, em muitos casos, são oprimidos. Visa, em um dos seus preceitos, a mudança ou transformação social, o que tem levado a diversas práticas diferenciadas no meio rural. Com base nesses pressupostos metodológicos, o pesquisador obteve os dados através de entrevistas junto às cooperativas e aos produtores, além da realização de visitas as cooperativas COCEARGS e COOPTEC, e de participação nas reuniões do grupo gestor do arroz orgânico para tratar da questão específica referente à certificação do arroz produzido nos assentamentos. Desta forma, a fim de obter dados atualizados a respeito da dinâmica que leva ao desenvolvimento desta cadeia produtiva, realizamos quatro entrevistas com técnicos agrícolas, duas com líderes comunitários e dezesseis com assentados que trabalham diretamente nas lavouras de arroz orgânico, além de participar de duas reuniões do grupo gestor do arroz orgânico, uma das quais para tratar exclusivamente do processo de certificação do produto.

Área de Abrangência

Este artigo busca trazer para o conhecimento e debate público, a pesquisa de longo prazo iniciada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS e que traz como objeto de análise a cadeia produtiva do arroz ecológico, seu funcionamento e suas peculiaridades. Esta investigação envolve um grande número de fatores sendo que, neste artigo, nos propusemos a enfatizar o processo de certificação que hora se desenvolve com a finalidade de expansão do mercado consumidor, buscando incrementar a comercialização do produto. A Região Metropolitana de Porto Alegre/RMPA corresponde ao recorte espacial dessa análise. Trata-se de um espaço formado por 31 municípios (figura 1), sendo que em oito destes existem assentamentos que produzem arroz orgânico: Capela de Santana, Charqueadas, Eldorado do Sul, Guaíba, Tapes, Nova Santa Rita, São Jerônimo e Viamão. Os primeiros assentamentos da região surgiram na segunda metade da década de 1980 e atualmente já somam 16 assentamentos, onde já habitam em torno de 1.322 famílias organizadas pelo Movimento Sem Terra (MST). E em todos os assentamentos desta região existem áreas com cultivo arroz (Medeiros, 2010). Trata-se de



XXI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA

“TERRITÓRIOS EM DISPUTA: Os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro”

Uberlândia-MG, 15 a 19 de outubro de 2012

UFU Universidade Federal de Uberlândia

ISSN 1983-487X

uma experiência inovadora tanto em termos tecnológicos quanto nas dimensões socioeconômica, cultural e ambiental. Isso porque ao participarem da cadeia produtiva as famílias agricultoras rompem não apenas com um padrão de produção agrícola dependente de insumos externos, mas constroem novas relações socioespaciais, engendrando significativas transformações territoriais e ambientais nos assentamentos. Historicamente, a primeira experiência com produção de base ecológica, desenvolvida pelas famílias foi com hortaliças, em pequenas unidades de área, comercializando nos mercados locais, entrega direta ao consumidor e em feiras. A partir desta experiência concreta, as famílias iniciaram a experiência com arroz pré-germinado ecológico. A produção de arroz ecológico nos assentamentos de reforma agrária na região da grande Porto Alegre-RS, iniciou com experiência em pequenas áreas (3 a 4 hectares), no ano de 1999, basicamente no Assentamento da Capela (Capela RS), com a Cooperativa COOPAN e no Assentamento Lagoa do Junco (Tapes RS) com a Cooperativa COPAT. As experiências práticas desenvolvidas pelas duas unidades, pioneiras, na produção de arroz ecológico, levaram ao interesse de mais famílias do próprio assentamento e de outros, a produzirem arroz ecologicamente. A partir daí, iniciou as trocas de experiências entre as famílias que vinham produzindo arroz ecológico e as que estavam iniciando ou que tinham interesse na atividade.

Assim, em essência, a cadeia produtiva do arroz ecológico nos assentamentos da RMPA caracteriza-se:

- pela produção sem uso de agrotóxicos, sendo o controle de pragas realizado principalmente por meio do manejo da água;
- pelo uso de semente pré-germinada que é pouco usada no Rio Grande do Sul (corresponde a aproximadamente 10% das sementes usadas no estado);
- pela participação direta dos produtores em todas as fases da cadeia (produção, certificação, armazenamento, comercialização), sendo os próprios produtores responsáveis pelas inovações;
- pelo pouco acesso dos agricultores a políticas públicas (de crédito, de pesquisa científica e tecnológica, bem como de produção e difusão de informações) que viabilizem a dinamização da cadeia produtiva.



- pela ausência de um processo consolidado de certificação do produto que facilite a expansão da produção e sua colocação no mercado consumidor.

Assim, esta cadeia produtiva também configura-se em um relevante objeto de pesquisa por estar demonstrando a viabilidade de uma produção agroecológica (atualmente já em larga escala) e envolvendo múltiplos atores, desmistificando a noção sedimentada no senso comum que agricultura ecológica é uma atividade que só é viável em pequenas áreas. Conforme informações da assistência técnica dos assentamentos, esta cadeia já se constitui na maior experiência de produção ecológica de arroz da América Latina. Assim, em pouco mais de uma década, a área envolvida apenas com a produção de arroz ecológico já atinge mais de 3.800 hectares em 16 assentamentos e o número de famílias envolvidas com essa cultura passou de uma dezena para em torno de 400 até o presente momento. Mas, em que pese essa significativa expansão a cadeia produtiva ainda tem muito para crescer, uma vez que abrange apenas 1/3 das famílias assentadas na RMPA e levando em conta que todos os assentamentos da região possuem áreas propícias à produção de arroz. Além disso, em outras regiões do estado há assentamentos produzindo arroz de modo convencional de modo que há um amplo potencial de crescimento para outras regiões, havendo assim a possibilidade real de um desenvolvimento ainda maior não somente a nível RMPA, mas também para outras áreas do estado

Estágio Atual do Processo de Certificação

Inicialmente, é importante destacar que o atual padrão tecnológico utilizado nas lavouras de arroz é denominado de *convencional*, ou seja, com o uso intensivo de pesticidas, herbicidas e fungicidas das mais variadas faixas toxicológicas e com uso de fertilizantes químicos. Porém, na contemporaneidade, a tendência pela valorização do ambiente e pela saúde humana fez evidenciar a importância da conservação/preservação dos ecossistemas, incluindo o meio rural. Nessa medida, a racionalização do uso da água e do solo agrícola, bem como dos métodos de produção de grãos vem, pouco a pouco,



XXI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA

“TERRITÓRIOS EM DISPUTA: Os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro”

Uberlândia-MG, 15 a 19 de outubro de 2012

UFU Universidade Federal de Uberlândia

ISSN 1983-487X

sofrendo transformações significativas, baseadas em práticas sustentáveis e ecologicamente corretas.

A produção de arroz orgânico nos assentamentos da RMPA vem, desde 1999, crescendo ano a ano, o que vem demandando um grande esforço, no que se refere à apropriação e ao entendimento dos princípios e manejos agroecológicos. Os camponeses assentados buscam capacitação e troca de experiências entre si e com outros agricultores da região, a fim de apropriar-se de um conjunto de tecnologias e técnicas aplicáveis a sua realidade. Este processo vem sendo possibilitado graças ao Grupo Gestor do Arroz Ecológico¹, e exige, por parte dos assentados e técnicos envolvidos, um esforço de colocar em prática, no dia-a-dia, a agroecologia. Nesse sentido, muito embora a organização interna dos assentamentos tenha evoluído de forma muito significativa e, como reflexo disso, a produção venha num crescente constante, as dificuldades ainda são muitas. A própria ampliação das áreas de plantação de arroz ecológico e melhora nas técnicas e no manejo da produção, aumentando significativamente as quantidades colhidas deste cereal, exigiram uma ação no sentido de facilitar sua colocação no mercado consumidor como um produto orgânico, planejado e produzido com fundamento nos preceitos da sustentabilidade social e ambiental. Numa perspectiva de agregar valor ao produto final em função desta sua qualidade diferenciada e na expectativa de ver ampliado o mercado do arroz orgânico, surgiu a demanda pela certificação. Esta iniciativa, dos camponeses assentados, desencadeou um processo de valorização do arroz orgânico dentro dos parâmetros da Instrução Normativa Nº 64, de 18 de dezembro de 2008, que prevê a substituição de práticas de cultivo convencionais por outras que buscam estabelecer o equilíbrio ecológico do sistema agrícola. Além da modificação do manejo da cultura, os camponeses desenvolveram e consolidaram uma nova infraestrutura de secagem, armazenagem e beneficiamento para o arroz orgânico, atingindo, desta forma, um maior domínio das operações vinculadas à agroindústria. Em suma, o crescimento da produção e da demanda por alimentos produzidos sem agrotóxicos oportunizou um nicho de mercado que se contrapõe ao atual padrão agroalimentar de produção. A oferta de aproximadamente 18.500 toneladas de arroz orgânico certificado proporcionou novas



XXI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA

“TERRITÓRIOS EM DISPUTA: Os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro”

Uberlândia-MG, 15 a 19 de outubro de 2012

UFU Universidade Federal de Uberlândia

ISSN 1983-487X

oportunidades, mas, em contrapartida, muitos desafios, entre eles a distribuição e a venda do produto. Para estes camponeses a comercialização direta, através das feiras livres, é considerado importante por propiciar a aproximação com os consumidores finais. Entretanto, apenas este formato de comercialização está se mostrando sem condições de atingir os objetivos dos camponeses, que é o escoamento total da produção do arroz elaborado ecologicamente (Fagundes, 2011).

Assim, identificadas estas necessidades, iniciou-se, a partir da safra de 2004, um processo inicial de certificação das unidades produtoras, resultando nos primeiros 31 hectares de arroz orgânico certificados para comercialização no território brasileiro (Vignolo, 2008). Também, através da realização de um contrato entre a Cooperativa Central dos Assentamentos do Estado do Rio Grande do Sul (COCEARGS) e o Instituto de Mercado Ecológico (IMO) passou-se a um aprofundamento do processo de certificação. A IMO é uma entidade certificadora suíça que foi escolhida por se dedicar exclusivamente aos serviços de inspeção de sistemas de controle e qualidade ambiental e social, com ênfase na agricultura orgânica. Além disso, seu sistema de certificação garante o acesso aos maiores mercados consumidores, pois certifica as produções agrícolas com base no regulamento Norte-americano (ISO 65) e europeu (CEE 2092/91), possibilitando a colocação do produto nesses mercados. A finalidade da certificação orgânica é garantir ao consumidor a rastreabilidade do produto, sendo que as agências certificadoras precisam estar credenciadas por um órgão autorizado que reconheça formal e legalmente que uma organização tem a competência para desenvolver determinados procedimentos técnicos de fiscalização da produção. No caso de produtos orgânicos, o órgão que credencia internacionalmente as certificadoras é a *International Federation of Organic Agriculture Movements (IFOAM)*, que é a federação internacional que congrega os diversos órgãos relacionados com a agricultura orgânica. Assim, vários países já adotaram seus próprios programas e padrões de certificação orgânica. Como exemplo, os Estados Unidos tem o NOP (National Organic Program); no Japão tem a JAS (Japanese Agricultural Standard); e a Comunidade Econômica Européia (CEE) regulamentou o comércio de produtos orgânicos no âmbito dos seus países afiliados. No caso Brasileiro, o “*ProOrgânico*” representa o “*Programa de Desenvolvimento da Agricultura Orgânica*”, embasada na Lei Federal 10831/2003 que dita as normas e os critérios a serem seguidos para a



concretização da produção de alimentos elaborados a partir de técnicas ecológicas e sustentáveis. A obediência a esses critérios dá direito ao selo “ProOrgânico” (Figura 1) que possibilita a colocação do alimento como produto orgânico no mercado nacional.

Figura 1 – Selo oficial do Brasil para produtos orgânicos. Os agricultores que buscarem a certificação devem estar de acordo com as normas estabelecidas na legislação federal, podendo assim utilizar o selo oficial nos seus produtos. O selo é fornecido por certificadoras cadastradas no Ministério da Agricultura, que são responsáveis pela fiscalização dos produtos.



Cabe aqui destacar que a Lei Nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, considera esta como sendo,

“[...] todo aquele sistema em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente”.

Para que se possa ter uma noção mais genérica do significado e da forma de elaboração de um processo de certificação, organizamos um quadro síntese que explicita, resumidamente, seus objetivos e suas principais características:

CERTIFICAÇÃO	
Objetivos	Atestar um comportamento menos nocivo ao ambiente e/ou promover uma atuação do particular conforme padrões técnicos de conservação ambiental.



XXI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA

“TERRITÓRIOS EM DISPUTA: Os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro”

Uberlândia-MG, 15 a 19 de outubro de 2012



ISSN 1983-487X

Atuação	Promove a verificação da compatibilidade da atividade com a conservação ambiental, visando equalizar desenvolvimento socioeconômico com a sustentabilidade do ambiente natural.
Formação do processo / Sistema	O sistema constitui-se através de prescrições normativas que devem ser obedecidas por aquele que procura obtê-la. São regras cujos cumprimento e observância são pré-requisitos para a expedição do certificado.
A quem compete	É desenvolvida por particulares, visando atender a interesses também particulares.
Natureza das normas	As regras e os critérios que prescrevem os procedimentos para a certificação ambiental são normas de adesão voluntária.
Quem elabora as normas	As normas são elaboradas por entidades privadas (entidades normatizadoras), sendo também privadas aquelas entidades encarregadas da verificação e auditoria para a expedição dos certificados ambientais (entidades certificadoras).
Origem	Decorre da atuação particular em virtude de uma exigência do mercado.
Momento de atuação	Atuação preventiva, condicionando o exercício da atividade conforme a lei. Pode haver atuação posterior, se a atividade já está em funcionamento.

No tocante ao processo de certificação, o momento atual é crucial e de tomada de decisões para os agricultores da RMPA que plantam arroz com base na agroecologia. Isto porque as famílias pertencentes aos diversos assentamentos produtores estão atualmente decidindo qual o melhor modelo de certificação a ser constituído a partir das próximas safras: o modelo atualmente vigente, praticado pela IMO, realizado através de auditorias permanentes nos assentamentos; ou a migração para um sistema de certificação participativa, implementado através de um Organismo de Controle Social (OCS) onde, inicialmente, as próprias famílias, atuando interativamente, controlam seus processos de produção orgânica. No sistema participativo de certificação os próprios agricultores interpretam a lei e a aplicam, assegurando a procedência do produto ecologicamente produzido através de um Sistema Participativo de Garantia (SPG), avalizado por uma Comissão de Avaliação (CA). O processo operacional envolve várias etapas que, uma vez cumpridas, permite que os agricultores, através de sua cooperativa, encaminhem ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) todos os dados necessários para requerer o certificado. O MAPA, por sua vez, é o responsável por avaliar todo o processo estabelecido e realizado pelas famílias assentadas, bem como pela fiscalização de todas as etapas da produção orgânica. Há ainda a possibilidade de os agricultores trabalharem, simultaneamente, com os dois modelos de certificação (por auditoria e participativo), uma vez que cada modelo apresenta vantagens distintas de colocação do produto no mercado consumidor.



Conclusões

A certificação de produtos agroecológicos surge no contexto em que a variável ambiental se insere no sistema organizacional da produção no campo, tanto em função da pressão do mercado, quanto pelo recrudescimento dos movimentos ambientalistas, associado, ainda, ao desejo das populações em valorizar produtos cujo consumo não traga riscos à saúde. Assim, pouco a pouco, passa-se a valorizar as organizações que tenham uma obrigação assumida com a proteção e conservação da natureza e de compromisso efetivo com a saúde pública, o que servirá, igualmente, para informar ao mercado sobre a origem dos produtos orgânicos e das técnicas utilizadas para sua produção. Isto porque os processos de certificação ambiental almejam conferir a quem produz com base em técnicas agroecológicas, uma imagem que lhe proporcione um diferencial no mercado, bem como mecanismos para efetivar os processos de gestão ambiental e organizacional, comprovando que estas organizações possuem uma atuação que respeita o ambiente e produzem alimentos livres de agrotóxicos ou de processos agrícolas que envolvam, por exemplo, a transgenia.

Durante a trajetória - já de 13 anos - dos camponeses que produzem arroz ecologicamente na RMPA, foram desenvolvidos diversos mecanismos organizativos de cooperação e trabalho coletivo. No início, a atividade de certificação era feita totalmente pela IMO. Isto porquê, para que ocorra a produção orgânica certificada, o processo de organização da produção dos assentamentos deve estar suficientemente amadurecido e com condições de operação. Assim, com o passar dos anos, a COCEARGS foi adquirindo a experiência necessária para desenvolver o processo de certificação, culminando na safra 2009, com a criação de um Sistema Interno de Controle (SIC). O SIC objetiva funcionar como uma certificadora interna, realizando 100% das inspeções nas propriedades do grupo, sendo auditada em 10% das unidades pela IMO (inspeção externa). Esse sistema gerou maior autonomia no processo participativo de certificação do grupo, cabendo ressaltar, que as responsabilidades no processo de certificação do arroz agroecológico são dos agricultores, salvo as atividades de acompanhamento técnico (Menegon, 2009). O processo de certificação é uma atividade contínua, onde a cada ano os camponeses



XXI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA

“TERRITÓRIOS EM DISPUTA: Os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro”

Uberlândia-MG, 15 a 19 de outubro de 2012



ISSN 1983-487X

renovam sua documentação, participam de cursos de capacitação e programas que visam a trocas de experiências. As reuniões do Grupo Gestor ocorrem de acordo com as atividades estratégicas do ciclo produtivo, sendo ele o espaço de tomada de decisão dos rumos que o grupo irá tomar. Esta experiência é avaliada pela COCEARGS como uma das mais prósperas em andamento atualmente. Nesse momento (junho 2012), a grande maioria das famílias vem decidindo apostar no processo de certificação participativa (OCS / OPAC), em alguns casos ocorrendo conjuntamente com o processo de auditoria (IMO), denotando o avanço da organização desses camponeses com vistas ao aumento contínuo da sua produção.

Notas

¹ Instância organizativa dos camponeses assentados, trabalhando cooperativamente com técnicos e lideranças do campo, que cultivam arroz ecológico na RMPA e que tem como filosofia a agroecologia. Criado em 2002, tem a finalidade de envolver todas as famílias de agricultores envolvidas nessa cadeia produtiva, nas etapas de produção, certificação e comercialização.

Referências

ANTUNES, P. B. *Direito Ambiental*. Rio de Janeiro: Lumen iuris, 2001.

DEMO, P. *Pesquisa participante: mito ou realidade*. Rio de Janeiro, SENAC, 1984.

FAGUNDES, L. F. *Potencialidades e limites da produção do arroz orgânico no projeto de assentamento Filhos de Sepé – Viamão/RS*. Monografia de Graduação. Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, UNESP, 2011.

MEDEIROS, R. M. V., CAMPOS, C. S. S. *Cadeia produtiva do arroz ecológico nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre / RS – análise territorial e ambiental*. Projeto apresentado ao PNPd, 2010.

MENEGON, L., FAGUNDES, L., RIBEIRO, O., CADORE, E. *Produção de arroz agroecológico em assentamentos de da reforma agrária no entorno de Porto Alegre*.

Revista Brasileira de Agroecologia, V. 4, Nº 2, 2009.

Planeta Orgânico. *Organismos de avaliação da conformidade orgânica credenciados pelo MAPA*. Disponível em <http://planetaorganico.com.br/site/index.php/ampliado-para-31122010-o-prazo-para-regularizacao-de-organicos/>. Acesso em maio de 2012.



XXI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA

“TERRITÓRIOS EM DISPUTA: Os desafios da Geografia Agrária
nas contradições do desenvolvimento brasileiro”

Uberlândia-MG, 15 a 19 de outubro de 2012



ISSN 1983-487X

VIGNOLO, A. M. *Ecológico ou Orgânico? A produção do arroz na Regional Porto Alegre – RS*. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas do Centro de Ciências Agrárias. UFSC, 2008.